



# CONTAS

## DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

### Gestão Patrimonial



**TCEPR**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ



# SUMÁRIO

6	8. GESTÃO PATRIMONIAL
8	8.1. BALANÇO PATRIMONIAL
9	8.1.1. Composição do Ativo
20	8.1.2. Composição do Passivo
29	8.2. ASPECTOS PATRIMONIAIS SOB A ÓTICA DA LEI 4.320/64
32	8.3. RESULTADO DO EXERCÍCIO (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS)

# LISTA DE TABELAS

- 7 \_\_\_\_\_ Tabela 1 – Ordem Cronológica para Adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
- 8 \_\_\_\_\_ Fonte: Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (Minuta para Consulta Pública).
- 10 \_\_\_\_\_ Tabela 2 – Composição do Ativo Circulante
- 13 \_\_\_\_\_ Tabela 3 – Movimentação da Dívida Ativa
- 16 \_\_\_\_\_ Tabela 4 – Composição do Ativo Não Circulante
- 17 \_\_\_\_\_ Tabela 5 – Participação em Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista
- 18 \_\_\_\_\_ Tabela 6 – Composição da Conta do Imobilizado - Administração Global
- 19 \_\_\_\_\_ Tabela 7 – Composição da Conta do Imobilizado - Administração Direta
- 21 \_\_\_\_\_ Tabela 8 – Composição do Passivo Circulante
- 22 \_\_\_\_\_ Tabela 9 – Composição da Conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- 24 \_\_\_\_\_ Tabela 10 – Composição do Passivo Não Circulante
- 24 \_\_\_\_\_ Tabela 11 – Composição da Conta Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
- 25 \_\_\_\_\_ Tabela 12 – Dívidas Fundada Interna e Externa - Contratos
- 26 \_\_\_\_\_ Tabela 13 – Dívida Fundada Interna – Precatórios
- 28 \_\_\_\_\_ Tabela 14 – Composição da Conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo
- 29 \_\_\_\_\_ Tabela 15 – Saldo Patrimonial
- 30 \_\_\_\_\_ Tabela 16 – Composição do Ativo Financeiro e Permanente
- 31 \_\_\_\_\_ Tabela 17 – Composição do Passivo Financeiro e Permanente
- 33 \_\_\_\_\_ Tabela 18 – Resultado Patrimonial
- 33 \_\_\_\_\_ Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas
- 34 \_\_\_\_\_ Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas
- 35 \_\_\_\_\_ Tabela 21 – Diferenças entre os Balanços Patrimoniais Apresentados

# LISTA DE GRÁFICOS

- |           |   |
|-----------|---|
| <b>12</b> | Gráfico 1 – Evolução da Dívida Ativa – 2011 a 2014              |
| <b>15</b> | Gráfico 2 – Índice de Recuperação da Dívida Ativa – 2011 a 2014 |

## 8. GESTÃO PATRIMONIAL

O tratamento do patrimônio público, sob a ótica de seu registro, foi resgatado com o advento da contabilidade aplicada ao setor público. O Patrimônio passa a ser visto como objeto de estudo da contabilidade enquanto ciência sendo que, antes da implantação das novas normas de contabilidade, esse lugar era ocupado apenas pelo orçamento. Este novo foco (no patrimônio) visa à instituição de práticas que gerem informações mais confiáveis, transparentes e úteis para a gestão, bem como à uma maior harmonização com os padrões internacionais.

Neste caderno, serão abordados temas específicos sobre a gestão patrimonial do Estado, cujos indicadores que servirão de suporte para a avaliação são obtidos a partir da análise dos seguintes demonstrativos:

- a) Demonstração das Variações Patrimoniais, na qual são evidenciadas as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apura-se o resultado patrimonial do exercício; e,
- b) Balanço Patrimonial, no qual é demonstrada a situação estática dos bens, direitos e obrigações e é indicado o valor do Patrimônio Líquido, funcionando como uma fotografia do patrimônio do Estado no exercício de 2014.

Foram sintetizados os dados encaminhados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, nas Contas do Governador de 2014, combinados com os obtidos junto aos relatórios do SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro, os quais contêm informações do Orçamento Fiscal, que incluem os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta – Autarquias, Órgão de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes, nos termos do art. 2º da LRF.

**Não compõem a presente análise os demonstrativos relativos às Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista pertencentes ao Orçamento de Investimento e aos Fundos Previdenciários integrantes do Orçamento da Seguridade Social.**

Destaca-se que os demonstrativos utilizados para análise foram estruturados com base nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, a fim de refletir as novas práticas contábeis adotadas para o setor público. Maiores detalhes Caderno 12 - Gestão Pública, item 12.1 - Adoção à Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP.

Assim sendo, o ponto de partida do Estado do Paraná para a contabilização de acordo com as novas normas para o setor público se deu ao término do exercício de 2014, sendo esta denominada “data de transição”. Esta afirmação está substanciada na declaração do Estado (Peça 47, fls. 4) de que ao longo do ano de 2014 a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA implantou o PCASP com o **objetivo de operacionalizá-lo a partir do exercício de 2015**, nos termos do art. 11, da Portaria STN nº 634/13, que dispõe que o **prazo final para adoção obrigatória do PCASP e da DCASP é o término do exercício de 2014**.

Dessa forma, ao final do exercício de 2014 o Estado realizou um Balanço Patrimonial inicial (balanço de abertura) para refletir as novas práticas contábeis adotadas para o setor público, como ponto de partida para a sua contabilização.

Em relação à evidenciação, mensuração e reconhecimentos dos elementos patrimoniais do balanço o IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade prevê a adoção de Procedimentos Contábeis Patrimoniais - CPC, os quais serão fixados em agendas específica que estão em fase de instituição pela Secretaria de Tesouro Nacional – STN.

Essa agenda estabelece uma trajetória de ajustes com prazos de assimilação e implantação ao longo de vários anos, conforme o seguinte cronograma proposto:

**Tabela 1 – Ordem Cronológica para Adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

PCP (DE ACORDO COM AS REGRAS DAS NBC TSP E DO MCASP VIGENTES)	PRAZO PARA UNIÃO, DF E ESTADOS (A PARTIR DE)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis adquiridos a partir de 01/01/2016 (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2016
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2017
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos ajustes para perdas.	01/01/2018
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários e de contribuições a receber, bem como dos respectivos ajustes para perdas e registro de passivos relacionados à repartição de receitas.	01/01/2019
4. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019
6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis adquiridos até 31/12/2015 (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2020
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2020

(conclusão)

PCP (DE ACORDO COM AS REGRAS DAS NBC TSP E DO MCASP VIGENTES)	PRAZO PARA UNIÃO, DF E ESTADOS (A PARTIR DE)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação do passivo atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos (RPPS).	01/01/2020
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	01/01/2020
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação do ativo intangível.	01/01/2020
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2020
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura	01/01/2023
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2023
16. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (até 31/12/2020).	01/01/2023
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A ser definido em ato normativo específico

Fonte: Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (Minuta para Consulta Pública).

A STN entendeu que a adoção gradual é necessária uma vez que a adoção “em bloco” de todos os PCP estabelecidos no MCASP, segundo as NBC TSP, mostrou-se inviável. Sendo assim, delegou a uma Portaria específica os prazos para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais. Assim, editou-se o **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (Minuta para Consulta Pública)**, com o intuito de estabelecer os prazos para implantação dos procedimentos segundo a experiência nacional e internacional, de forma que o referido gradualismo siga uma lógica estabelecida com a observação de critérios bem definidos e devidamente contextualizados.

Porém, de acordo com o citado documento, os prazos estabelecidos não impedem que cada ente da Federação implante determinado procedimento antes da data estabelecida. Por outro lado, recomenda-se a implantação antecipada de maneira a maturar o tratamento contábil patrimonial antes da verificação da consistência da informação pelo SICONFI e antes da atuação dos Tribunais de Contas relativa à realização de auditorias dos procedimentos patrimoniais.

## 8.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O patrimônio público é formado pelo conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações (MCASP, 5ª edição), sendo estruturado em três grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

**A função do Balanço Patrimonial é demonstrar a posição dos elementos patrimoniais, representados pelos saldos de cada conta. A movimentação desses grupos pode ser aferida na Demonstração das Variações Patrimoniais, que contempla maior nível de detalhamento dos elementos que ingressaram, bem como os que foram desincorporados do patrimônio no período, cujo resultado é demonstrado sinteticamente nas Variações Patrimoniais apresentadas no item 8.3 - Variações Patrimoniais.**

A seguir, apresenta-se a composição dos grupos que integram o Balanço Patrimonial com os saldos das contas apurados no exercício. Devido ao fato do Estado do Paraná não ter apresentado descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens por meio de notas explicativas, (as quais integram as demonstrações contábeis), para fins de detalhamento das contas apresentadas no Balanço Patrimonial, utilizou-se dos dados registrados no Relatório SIA 215 – Consolidação Geral. Desta forma, a segregação poderá conter nomenclaturas que não corresponde aos padrões PCASP.

### **8.1.1. Composição do Ativo**

São registrados no Ativo os recursos controlados pela entidade decorrentes de eventos passados, dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, para a entidade.

A classificação do ativo considera a segregação em “circulante” e “não circulante” com base em seus atributos de conversibilidade (característica de transformação de bens e direitos em moedas), conforme disposto na NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis.

### 8.1.1.1. Ativo Circulante

Este grupo é composto pelo conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte (NBCT 16.6).

De acordo com o MCASP (5ª edição) os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

O ativo circulante totalizou R\$ 6,1 bilhões, representando 19,94% do total do Ativo e apresentou uma redução de 12,70% em relação ao exercício anterior, que foram de R\$ 7 bilhões.

Os bens e direitos que compõem o ativo circulante referente ao exercício de 2014 apresentam a seguinte composição:

**Tabela 2 – Composição do Ativo Circulante**

	2014	AV (%)	2.013	AV (%)	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa	2.984.158.299,33	48,83%	4.232.998.379,92	69,27%	(29,50%)
Créditos a Curto Prazo	2.941.923.234,55	48,14%	2.579.068.889,48	42,21%	14,07%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Estoques	184.649.622,15	3,02%	187.959.581,73	3,08%	(1,76%)
VDP pagas Antecipadamente	28.669,78	0,00%	71.865,91	0,00%	(60,11%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.110.759.825,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.000.098.717,04</b>	<b>114,55%</b>	<b>(12,70%)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11 – Administração Global.

A retração do ativo (em 12,7%) deu-se, principalmente, em função da redução dos recursos disponíveis no caixa e equivalente de caixa.

#### 8.1.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Com R\$ 3 bilhões, este grupo é responsável por 48,83% do Ativo Circulante, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Uma análise detalhada indica que este elemento patrimonial perdeu representatividade em relação ao exercício anterior, apresentando uma retração de 29,50%.

### 8.1.1.1.2. Créditos a Curto Prazo

Este grupo é o segundo mais representativo, responsável por 48,14% do Ativo Circulante (cerca de R\$ 2,9 bilhões no exercício de 2014). Compreende os numerosos destinados a objetivos específicos como Convênios, Contratos, Depósitos Judiciais, bem como valores a receber por fornecimento de bens, serviços, dívida ativa, entre outros, realizáveis no curso do exercício subsequente.

Este grupo apresentou crescimento em 14,07% em relação ao exercício anterior, em função, principalmente, do incremento da Dívida Ativa e dos Fornecimentos a Receber.

Em exercícios anteriores, parcela das rubricas que atualmente compõem esta conta pertencia ao grupo "Créditos" e "Valores" do Ativo Permanente, tendo sido reclassificadas, neste exercício, em virtude do advento da nova estrutura contábil.

**Todavia a Dívida Ativa, que no primeiro momento foi classificada integralmente neste grupo, deveria compor, de acordo com a nova estrutura do Balanço Patrimonial, os "Créditos a Curto Prazo" do Ativo Circulante e os "Créditos a Longo Prazo" do Ativo Não Circulante, de acordo com a expectativa ou não de realização em até doze meses após a data das demonstrações contábeis.**

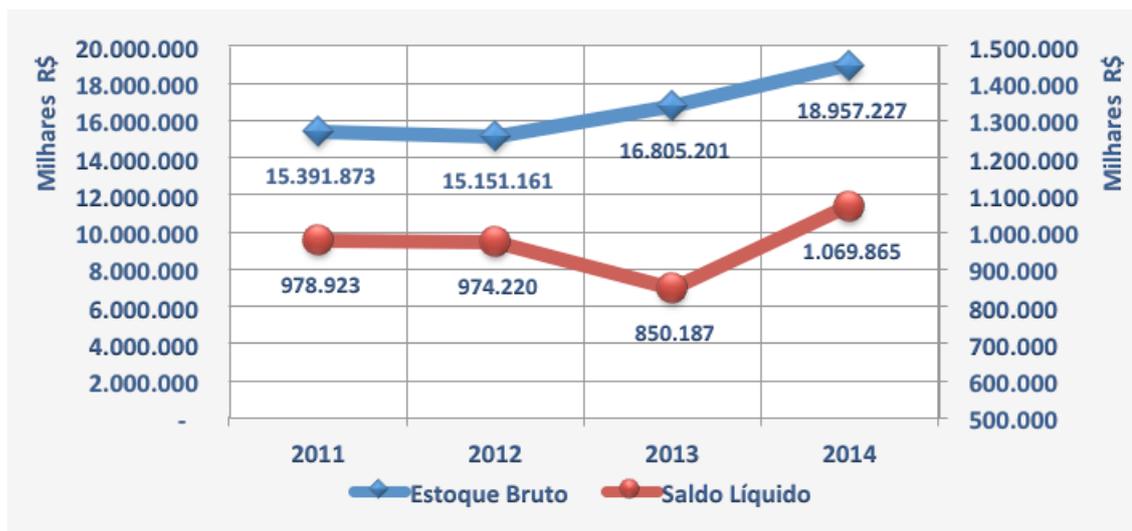
#### a) Dívida Ativa

A Dívida Ativa representa direito de crédito a favor da Fazenda Pública, seja de natureza tributária ou não tributária, cujo recebimento não ocorreu no prazo legal estabelecido. É, portanto, uma fonte de fluxo de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber. Porém, estes valores contêm um percentual de perda intrínseco, que deve ser determinado e deduzido do valor registrado por meio da provisão para ajuste, uma vez que os valores lançados como Dívida Ativa possuem um grau de incerteza com relação ao seu recebimento.

A Dívida Ativa é regulada pelos arts. 201 a 204 do Código Tributário Nacional, além de ter tratamento privilegiado em inúmeros outros diplomas legais. Destaca-se, neste sentido, a Constituição (art. 131, §3º), a Lei nº 4.320, de 1964 (art. 39) e a Lei nº 6.830, de 1980 (arts. 2º e 3º).

O gráfico a seguir demonstra, em termos nominais, a variação do estoque dos créditos a receber inscritos em Dívida Ativa do Estado do Paraná nos últimos quatro anos, apresentando no eixo da esquerda o estoque bruto e no eixo da direita o valor líquido, deduzidas as provisões para perdas.

Gráfico 1 – Evolução da Dívida Ativa – 2011 a 2014



Fonte: Instrução nº 70/15 – DCE, peça 72, fls. 157.

O estoque total da Dívida Ativa em 2014 somou R\$ 19,0 bilhões<sup>1</sup>. No entanto, o montante líquido registrado na conta Créditos do Ativo Permanente foi de R\$ 1,1 bilhão (cerca de 5% do total registrado), em que se deduz o valor de R\$ 17,9 bilhões (cerca de 95% do total registrado) lançado como Provisão para Perdas da Dívida Ativa. Os valores também são apresentados na Tabela a seguir.

Esta provisão foi instituída em 2005 com a edição da Portaria nº 564/2004-STN, que aprovou o 1º Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, visando a proporcionar maior transparência à gestão dos recursos públicos, dada a relevância dos valores inscritos em Dívida Ativa e a relativa baixa liquidez desse ativo. Corresponde à estimativa da Entidade da parcela de Créditos a Receber cuja realização demanda esforço específico para a concretização.

A diversidade da origem dos créditos a favor do Estado, somada aos variados graus de estruturação dos mecanismos de cobrança, torna complexa a tarefa de se fazer uma adequada mensuração da provisão, de modo a não superavaliar e nem subavaliar o Patrimônio Real do Ente Público.

<sup>1</sup> O valor diverge do apresentado pela Diretoria de Contas Estaduais em sua Instrução nº 70/15 (R\$ 18,813 bilhões) devido à inclusão dos valores inscritos em dívida ativa pela Administração Indireta, que totalizaram R\$ 143,6 milhões, provenientes do Departamento de Estradas e Rodagem – DER.

Nesse contexto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Portaria STN nº 437/2012, válido para 2014, orienta os três níveis de governo, mediante a consolidação de conceitos, regras e procedimentos de reconhecimento e apropriação contábil de operações típicas do setor público.

A análise dos créditos inscritos em Dívida Ativa do Estado do Paraná e os resultados dos últimos quatro exercícios são apresentados na Tabela a seguir.

**Tabela 3 – Movimentação da Dívida Ativa**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DÍVIDA ATIVA				
TÍTULOS	2011	2012	2013	2014
Prevista	40.742	46.467	51.187	38.206
Arrecadada	133.886	90.480	44.403	121.313
Diferenças	93.144	44.013	(6.784)	83.107
<b>% DE ARRECADAÇÃO</b>	<b>328,62%</b>	<b>194,72%</b>	<b>86,75%</b>	<b>317,52%</b>
ESTOQUE E MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO				
<b>(+) SALDO ANTERIOR</b>	<b>13.563.765</b>	<b>15.391.873</b>	<b>15.151.161</b>	<b>16.805.201</b>
<b>(+) INSCRIÇÕES</b>	<b>2.331.185</b>	<b>174.283</b>	<b>2.134.237</b>	<b>2.474.406</b>
Inscrições no Exercício	1.500.150	1.550.965	1.675.639	1.856.670
Administração Direta	1.500.150	1.550.965	1.675.639	1.713.035
Administração Indireta	0	0	0	143.635
Atualizações, Substituições e Rescisões	831.035	-1.376.682	458.599	617.736
<b>(-) TOTAL DAS BAIXAS</b>	<b>503.077</b>	<b>414.995</b>	<b>480.197</b>	<b>322.380</b>
Baixas Resultantes de Pagamento	133.886	89.570	33.726	121.313
Baixas por Outros Motivos	369.191	325.425	446.472	201.067
Baixas considerando pagamentos a vista, de parcelamento, baixas via SISCREDE e diferenças judiciais, conforme Informação nº 081/2015 - SCOB (peça 18 fls 02 dos autos)				609.510
<b>(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (ANTES PROVISÃO)</b>	<b>15.391.873</b>	<b>15.151.161</b>	<b>16.805.201</b>	<b>18.957.227</b>
<b>(-) PROVISÃO PARA PERDAS DÍVIDA ATIVA</b>	<b>14.412.950</b>	<b>14.176.942</b>	<b>15.955.015</b>	<b>17.887.362</b>
<b>(=) SALDO DÍVIDA ATIVA (APÓS PROVISÃO)</b>	<b>978.923</b>	<b>974.220</b>	<b>850.187</b>	<b>1.069.865</b>
POSIÇÃO DÍVIDA ATIVA EM 31/12 - VALORES NOMINAIS				
<b>SALDOS</b>	<b>15.391.873</b>	<b>15.151.161</b>	<b>16.805.201</b>	<b>18.957.227</b>
Variação Anual	13,48%	-1,56%	10,92%	12,81%
Variação Acumulada (Base 2011)	13,48%	-1,56%	9,18%	23,16%
ÍNDICE RECEBIMENTO S/ SALDO ATUAL DO EXERCÍCIO	0,87%	0,60%	0,26%	0,64%
Índice de baixa sobre o saldo do exercício, considerando: pagamentos a vista, de parcelamento, baixas via SISCREDE e diferenças judiciais, conforme Informação nº 081/2015 - SCOB (peças 17 e 18 dos autos)				3,22%

Fonte: Instrução nº 70/15 – DCE, peça 72, fls. 157.

**No exercício em análise, as inscrições somaram R\$ 2,5 bilhões, provenientes de novas inscrições no montante de R\$ 1,9 bilhão, e de atualizações, substituições e rescisões, no valor de R\$ 617,7 milhões.**

Comparativamente ao exercício de 2013, houve um aumento de 15,94% no montante das inscrições. Importante lembrar os efeitos negativos indiretos de legislação que possibilita o pagamento de dívida com condições benéficas, a exemplo de redução em diferentes percentuais das multas e dos juros, bem como de parcelamentos, postergação e remissões de débitos. Tais leis, quando aplicadas de forma indiscriminada e sem critérios rigorosos, tendem a institucionalizar uma “cultura de inadimplência”, com o conseqüente aumento sucessivo do volume de Dívida Ativa.

As baixas de R\$ 322,4 milhões na Dívida Ativa resultaram de pagamentos no valor de R\$ 121,3 milhões e de cancelamentos de créditos no montante de R\$ 201,1 milhões, conforme registrado no Balancete Mensal de Verificação de 31/12/2014<sup>2</sup>.

**O valor de pagamentos, no montante de R\$ 121,3 milhões, correspondeu a 317,52% da previsão inicial de R\$ 38,2 milhões. Ademais, comparativamente ao exercício de 2013, a arrecadação por pagamentos aumentou em 173,2%. Ainda assim, verifica-se que a recuperação da dívida ativa decorrente de ingresso por meio de pagamento foi de apenas 0,64% do total da dívida do Estado.**

Ao fazer um comparativo da recuperação da Dívida Ativa entre os exercícios de 2013 (0,26%) e 2014 (0,64%), constata-se que houve incremento na sua recuperação. Todavia, denota-se que houve um crescimento nominal nas inscrições de R\$ 340 milhões, comparando 2014 com 2013, o que contribuiu para a elevação do saldo de Dívida Ativa no exercício de R\$ 16,8 bilhões para R\$ 19,0 bilhões.

O Gráfico a seguir consolida a evolução do índice de recuperação da Dívida Ativa nos últimos quatro anos.

Gráfico 2 – Índice de Recuperação da Dívida Ativa – 2011 a 2014



Fonte: Instrução nº 70/15 – DCE, peça 72, fls. 157.

É possível verificar uma tendência de queda no índice de recuperação da Dívida Ativa até 2013, baixando de 0,87% em 2011 para 0,26% em 2013. Todavia, o índice evoluiu favoravelmente em 2014, subindo a 0,64%.

Observa-se inconsistência dos dados apresentados no relatório SIA 215 em relação ao Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa, parte do Relatório Circunstanciado de Gestão (peça 17 desta Prestação de Contas). Este último apresenta como valor total de baixas, exceto aquelas por pagamento, o montante de R\$ 174,4 milhões. De acordo com o documento, os principais cancelamentos decorreram de baixas por:

- Quitações de Termo de Acordo de Parcelamento (TAP): R\$ 69,5 milhões;
- Mandado Administrativo: R\$ 36,9 milhões;
- Prescrição: R\$ 35,6 milhões;
- Retificação de GIA: R\$ 10 milhões;
- IPVA + 05 anos: R\$ 5,8 milhões.

Observa-se que as baixas por prescrição representaram 20,44% do total de baixas que não foram por pagamento, superando o verificado no exercício anterior, de 10,44%. Se considerada a metodologia apresentada pelo setor de cobrança administrativa da SEFA (peça 18), incluindo como recuperação da dívida ativa também os pagamentos advindos de Termos de Acordo de Parcelamento – TAP, baixas via SISCREDE e diferenças judiciais, no total de R\$ 609,5 milhões, o índice de recuperação da Dívida Ativa seria de 3,24%.

### 8.1.1.1.3. Estoques

Este grupo representa apenas 3,02% do Ativo Circulante (cerca de R\$ 184 milhões no exercício de 2014), compreendendo os saldos em Almoxarifado.

Esta conta merece destaque, uma vez que, no exercício anterior, pertenciam ao Ativo Permanente, tendo sido reclassificada neste exercício, em virtude do advento da nova estrutura contábil.

### 8.1.1.2. Ativo Não Circulante

Este subgrupo compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (MCASP, 5ª edição).

Os bens e direitos que compõem o Ativo Não Circulante referente ao exercício de 2014 apresentam a seguinte composição:

**Tabela 4 – Composição do Ativo Não Circulante**

	2014	AV (%)	2.013	AV (%)	AH (%)
Realizável a Longo Prazo	2.218.593.385,27	9,05%	155.847.226,89	0,72%	1323,57%
Investimentos	16.015.279.203,07	65,30%	15.609.341.510,02	72,33%	2,60%
Imobilizado	6.292.368.630,47	25,65%	5.815.292.493,37	26,95%	8,20%
Intangível	1.289.757,52	0,01%	855.762,16	0,00%	50,71%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>24.527.530.976,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.581.336.992,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,65%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11 – Administração Global.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$ 24,5 bilhões, representando 80,06% do total do Ativo. Este grupo apresentou evolução de 13,65% em relação ao exercício anterior, que registrou o valor de R\$21,6 bilhões.

Os grupos que compõem o Ativo Não Circulante serão detalhados a seguir:

#### 8.1.1.2.1. Ativo Realizável a Longo Prazo

Este grupo representa 9,05% do Ativo Não Circulante (cerca de R\$ 2,2 bilhões no exercício de 2014), compreendendo os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis.

No exercício anterior, as rubricas que atualmente compõem esta conta pertenciam ao grupo “Créditos do Estado” do Ativo Permanente, tendo sido reclassificadas, neste exercício, em virtude do advento da nova estrutura contábil.

**No entanto, em atendimento ao atributo de conversibilidade, a parcela da Dívida Ativa em que não se tenha expectativa de realizar nos próximos doze meses deveria compor este grupo de contas, além da respectiva provisão para perdas.**

### 8.1.1.2.2. Investimentos

Este grupo representou 65,30% do Ativo Não Circulante (cerca de R\$ 16 bilhões no exercício de 2013).

Neste grupo, destacam-se as Participações Societárias, cujos recursos investidos nas Empresas Públicas e Sociedades por Ações somaram R\$ 8,1 bilhões, conforme apresentado a seguir:

**Tabela 5 – Participação em Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista**

	2.014	PART. %	2.013	PART. %
<b>SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA</b>	<b>8.011.350.369,83</b>		<b>8.003.664.169,63</b>	
BADEP	80.644.787,65	99,99	80.644.787,65	99,99
CEASA	11.841.604,00	99,01	11.841.604,00	99,01
CENTRO DE CONV. CURITIBA	1.176.140,71	52,82	2.389.940,51	52,82
CELEPAR	78.663.414,00	94,69	78.663.414,00	94,69
CODAPAR	66.930.878,77	80,06	66.930.878,77	80,06
COHAPAR	1.030.783.530,00	99,99	1.030.783.530,00	99,99
COPEL	3.622.003.591,85	58,63	3.622.003.591,85	58,63
SANEPAR	1.742.198.938,76	52,50	1.742.198.938,76	52,50
FERROESTE	324.155.828,75	81,10	324.155.828,75	81,10
MINEROPAR	4.551.448,88	99,60	4.551.448,88	99,60
AG. FOMENTO DO PR S/A	1.013.272.338,94	99,97	1.013.272.338,94	99,97
AMB. PARANÁ FLORESTAS	35.127.867,52	99,99	26.227.867,52	99,99
<b>EMPRESAS PÚBLICAS</b>	<b>71.003.481,13</b>		<b>71.003.481,13</b>	
CLASPAR	-	0,00	-	0,00
TECPAR	71.003.481,13	100,00	71.003.481,13	100,00
<b>EMPRESAS MULTIGOVERNAMENTAIS</b>	<b>28.434.569,18</b>		<b>28.434.569,18</b>	
BRDE	28.434.569,18	33,33	28.434.569,18	33,33
<b>OUTRAS EMPRESAS</b>	<b>6.501.555,54</b>		<b>12.075.528,18</b>	
PETROBRÁS	6.494.141,52	0,0076	12.068.114,16	0,0076
EMPRESAS DIVERSAS	7.414,02	100,00	7.414,02	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.117.289.975,68</b>	-	<b>8.115.177.748,12</b>	-

Fonte: Instrução nº 70/2015 – DCE, peça 72, fls. 145.

De acordo com o MCASP (5ª edição) além das participações permanentes em outras sociedades, devem figurar neste grupo, também, os bens e direitos que não estão destinados à manutenção da atividade da entidade, inclusive os bens públicos destinados a alugueis (que dão origem às receitas imobiliárias registradas na conta contábil 1310.0000, as quais decorrem da fruição do patrimônio público).

### 8.1.1.2.3. Imobilizado

De acordo com o MCASP (5ª edição), este grupo compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Este grupo representou 25,65% do Ativo Não Circulante no exercício de 2014 (cerca de R\$ 6,2 bilhões) e tem a seguinte composição:

Tabela 6 – Composição da Conta do Imobilizado – Administração Global

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>3.126.069.698,60</b>	<b>49,68%</b>	<b>2.838.104.256,53</b>	<b>48,27%</b>	<b>12,06%</b>
Bens Móveis	3.159.897.492,16	50,22%	2.872.644.465,15	48,86%	10,00%
(+) Valorização de Bens Móveis	48,78	0,00%	48,78	0,00%	0,00%
(-) Dep. Acum. Bens Móveis	33.827.842,34	0,54%	34.540.257,40	0,59%	-2,06%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>3.166.298.931,87</b>	<b>50,32%</b>	<b>3.041.007.456,71</b>	<b>51,73%</b>	<b>4,45%</b>
Bens Imóveis	3.168.424.075,69	50,35%	3.043.217.396,44	51,76%	4,11%
(+) Valorização de Bens Imóveis	23.397.035,35	0,37%	23.397.035,35	0,40%	0,00%
(-) Dep. Acum. Bens Imóveis	25.522.179,17	0,41%	25.606.975,08	0,44%	-0,33%

Fonte: Relatório SIAF - SIA 215 – Administração Global.

O grupo imobilizado teve incremento, em termos nominais, de 7,03% em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo aumento da conta “bens móveis”.

Destaca-se que a conta redutora “Depreciação Acumulada” dos bens móveis e imóveis não apresentou incremento significativo de um exercício para outro e a conta “Valorização de Bens” móveis e imóveis não apresentou movimentação no exercício de 2014.

Quando analisada individualmente a Administração Direta, observa-se ausência de movimentação decorrente da valorização e de depreciação dos bens, conforme apresentado a seguir:

**Tabela 7 – Composição da Conta do Imobilizado – Administração Direta**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.634.354.088,43</b>	<b>47,08%</b>	<b>1.517.523.005,14</b>	<b>51,54%</b>	<b>7,70%</b>
Bens Móveis	1.634.453.889,01	47,09%	1.517.622.805,72	51,55%	7,70%
(+) Valorização de Bens Móveis	2,00	0,00%	2,00	0,00%	0,00%
(-) Dep. Acum. Bens Móveis	(99.802,58)	0,00%	(99.802,58)	0,00%	0,00%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>1.836.768.791,62</b>	<b>52,92%</b>	<b>1.426.573.035,00</b>	<b>48,46%</b>	<b>28,75%</b>
Bens Imóveis	1.836.768.791,62	52,92%	1.426.573.035,00	48,46%	28,75%
(+) Valorização de Bens Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
(-) Dep. Acum. Bens Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	0,00%

Fonte: Relatório SIAF - SIA 215 – Administração Direta.

A ausência de movimentação no período indica que o Estado do Paraná não efetuou, em 2014, registros de adequação (reavaliação e depreciação) do seu patrimônio nos termos do MCASP (5º edição) e, sendo assim, os valores que figuram no Balanço podem não representar fidedignamente o patrimônio de bens móveis e imóveis.

De acordo com as informações contidas no Relatório do Controle Interno do Poder Executivo, no que concerne à Gestão Patrimonial, têm-se as seguintes declarações:

- I) **Sistema GPI** – as ações e resultados obtidos ao longo do exercício de 2014 dividem-se em dois aspectos: do próprio software e da atualização de dados cadastrais dos bens imóveis:
  - a) **Software** – foram obtidas melhorias na estrutura do sistema, que resultaram na simplificação e maior agilidade na inserção de dados e nas consultas realizadas. Propôs-se, também, o acréscimo de ferramentas de aperfeiçoamento em relatórios de gerenciamento;
  - b) **Bens Imóveis** – a atualização de dados cadastrais dos bens imóveis por meio da alimentação do sistema com cerca de 95% de todos os 1.353 imóveis levantados em projeto piloto, incluída aí a avaliação monetária dos mesmos, que montou R\$ 4.319.128.861,04 (quatro bilhões, trezentos e dezenove milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e um

reais e quatro centavos). Além disso, junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta, foram atualizadas as alterações de ocupação e destinação de uso dos imóveis; junto aos Cartórios de Registro de Imóveis e Tabelionatos, foram desenvolvidas ações de averbações, fornecimento de certidões atualizadas, esclarecimento de dúvidas.

**II) Sistema AAB** – as ações e resultados obtidos ao longo do exercício de 2014 dividem-se em dois aspectos: do próprio software e da atualização de dados cadastrais dos bens móveis:

- a) **Software** – procederam-se as solicitações de rotina referentes a ajustes e aperfeiçoamento na expedição de relatórios.
- b) **Bens Imóveis** – deu-se início aos estudos visando às adaptações do sistema à nova legislação contábil nacional, ou seja, da inclusão dos aspectos concernentes à depreciação e à reavaliação desses bens.

#### 8.1.1.2.4. Intangíveis

Este grupo tem baixa representatividade, com 0,01% do Ativo Não Circulante no exercício de 2014 (cerca de R\$ 1,3 bilhões). O Intangível teve incremento, em termos nominais, de 50,71% em relação ao exercício anterior.

De acordo com o MCASP (5ª edição), compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Estes ativos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

#### 8.1.2. Composição do Passivo

Passivo compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

A classificação do passivo considera a segregação em “circulante” e “não circulante” com base em seus atributos de exigibilidade (qualidade do que é exigível), conforme disposto na NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis.

### 8.1.2.1. Passivo Circulante

De acordo com o MCASP (5ª edição) o subgrupo Passivo Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios:

- tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade;
- sejam mantidos primariamente para negociação;
- tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

As obrigações que compõem o passivo circulante referente ao exercício de 2014, apresentam a seguinte composição:

**Tabela 8 – Composição do Passivo Circulante**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Obrigação Trabalhista, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.929.560.618,38	67,92%	3.090.456.450,31	57,64%	(5,21%)
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	15.508.664,20	0,36%	6.553.301,00	0,12%	136,65%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.368.396.761,63	31,72%	2.264.530.411,32	42,24%	(39,57%)
<b>TOTAL</b>	<b>4.313.466.044,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.361.540.162,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>(19,55%)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11 – Administração Global.

O Passivo Circulante representa 16,6% das obrigações total do Estado, cerca de R\$ 4.3 bilhões, no exercício de 2014. Em relação ao exercício de 2013 verificou-se uma redução nominal de 19,55%.

### 8.1.2.1.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O grupo "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo" apresentou queda de 5,21% em relação ao ano anterior, cuja composição está apresentada a seguir:

**Tabela 9 – Composição da Conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Do Exercício de 2014	2.348.733.317,57	80,17%	-	100,00%	100,00%
Do Exercício de 2013	439.188.873,74	14,99%	2.651.686.895,07	90,51%	(83,44%)
Do Exercício de 2012	97.346.115,26	3,32%	320.339.205,75	10,93%	(69,61%)
Do Exercício de 2011	23.014.425,81	0,79%	55.143.734,38	1,88%	(58,26%)
Do Exercício de 2010	11.894.211,71	0,41%	38.427.656,11	1,31%	(69,05%)
Do Exercício de 2009	1.377.872,64	0,05%	7.873.682,58	0,27%	(82,50%)
Do Exercício de 2008	6.175.103,18	0,21%	8.097.464,09	0,28%	(23,74%)
Do Exercício de 2007	8.340,54	0,00%	1.488.149,73	0,05%	(99,44%)
Do Exercício de 2006	40.081,69	0,00%	70.227,23	0,00%	(42,93%)
Do Exercício de 2005	180,00	0,00%	98.573,31	0,00%	(99,82%)
Dos Demais Exercícios	1.782.096,24	0,06%	7.230.862,06	0,25%	(75,35%)
<b>TOTAL</b>	<b>2.929.560.618,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.090.456.450,31</b>	<b>0,85%</b>	<b>(5,21%)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11; Relatório SIAF - SIA 215 – Administração Global.

Este grupo representou 67,92% do Passivo Circulante no exercício de 2014 (cerca de R\$ 2,9 bilhões), sendo composto pelos Restos a Pagar, incluindo os Processados (Liquidado) na ordem de R\$ 1,2 bilhões e os Não Processados (Não Liquidados) no montante de R\$ 1,6 bilhões.

De acordo com a nova classificação contábil, neste subgrupo do passivo deve figurar somente aqueles valores cujo fato gerador já ocorreu (condição já implementada). Do ponto de vista patrimonial, as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido não são reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis uma vez que o fato gerador da obrigação ainda não ocorreu.

Ademais, neste grupo figura todos os Restos a Pagar independente de sua natureza, os quais possuem classificações distintas acordo com o PCASP (5º edição), a exemplo daqueles relacionados com pessoal e encargos que deveriam figurar na conta “Obrigações Trabalhistas Previdenciários e assistenciais” que constou sem registro ao final do exercício de 2014.

#### 8.1.2.1.2. Contas do Passivo Circulante

##### a) Provisão a Curto Prazo

A conta “Provisão a Curto Prazo” representou 0,36% do Passivo Circulante (cerca de R\$ 15,5 milhões) no exercício de 2014. Compreende aquelas obrigações cujo fato gerador já ocorreu, porém os valores ainda são incertos, a exemplo da provisão para férias, 13º salário, entre outras. Este grupo apresentou incremento de 136,6% em relação ao exercício anterior.

##### b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Esta conta somou ao final do exercício em análise R\$ 1,4 bilhão, equivalente a 31,72% do Passivo Circulante, dentre as quais se destacam:

- Depósitos de Terceiros – R\$ 981,2 milhões;
- Débitos de Tesouraria (Obrigações Intragovernamentais) – R\$ 316,5 milhões;

Os depósitos são representados por cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos. São reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, de recursos onde o Estado figurou como mero depositário.

#### 8.1.2.2. Passivo Não Circulante

O subgrupo Passivo Não Circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

As obrigações que compõem o passivo não circulante referente ao exercício de 2014, apresentam a seguinte composição:

**Tabela 10 – Composição do Passivo Não Circulante**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	20.405.029.644,11	93,94%	18.954.171.372,78	94,59%	7,65%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	1.311.481.113,32	6,04%	1.084.496.049,43	5,41%	20,93%
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.200.807,09	0,02%	807,09	0,00%	520388,06%
<b>TOTAL</b>	<b>21.720.711.564,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.038.668.229,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,39%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11 – Administração Global.

O Passivo Não Circulante representa a maior parte das obrigações do Estado, equivalente a 83,40% do passivo (cerca de R\$ 21,7 bilhões) no exercício de 2014. Esse subgrupo apresentou aumento, no exercício de 2014, cerca de 8,39% em relação ao exercício anterior, ocorrido principalmente em função do aumento da dívida fundada, conforme pode ser observado no tópico a seguir:

### 8.1.2.2.1. Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Este grupo representou 93,94% do Passivo Não Circulante no exercício de 2014 (cerca de R\$ 20,4 bilhões). Compreende as obrigações de longo prazo contraídas em função de empréstimos e financiamentos e possui a seguinte composição:

**Tabela 11 – Composição da Conta Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>Dívida Interna</b>	<b>19.487.728.113,22</b>	<b>95,50%</b>	<b>18.396.347.492,60</b>	<b>90,16%</b>	<b>5,93%</b>
- Contratos	14.858.575.115,47	72,82%	13.728.426.762,20	67,28%	8,23%
- Precatórios	4.629.152.997,75	22,69%	4.667.920.730,40	22,88%	(0,83%)
Adm. Direta	4.616.624.217,33	22,62%	4.654.426.296,78	22,81%	(0,81%)
Adm. Indireta	12.528.780,42	0,06%	13.494.433,62	0,07%	(7,16%)
<b>Dívida Externa</b>	<b>917.301.530,89</b>	<b>4,50%</b>	<b>557.823.880,18</b>	<b>2,73%</b>	<b>64,44%</b>
- Contratos	917.301.530,89	4,50%	557.823.880,18	2,73%	64,44%
<b>TOTAL</b>	<b>20.405.029.644,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.954.171.372,78</b>	<b>92,89%</b>	<b>7,65%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11; Relatório SIAF - SIA 215 – Administração Global.

O subgrupo "Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo", composto exclusivamente pela Dívida Fundada do Estado, cresceu 7,65% em relação ao ano anterior, em função principalmente das dívida contratadas.

As dívidas contratuais, de origem interna e externa, estão assim constituídas:

**Tabela 12 – Dívidas Fundada Interna e Externa – Contratos**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>Dívida Interna</b>		<b>94,19%</b>	<b>13.728.426.762,20</b>	<b>96,10%</b>	<b>8,23%</b>
BANCO DO BRASIL S/A - PROINVESTE	688.000.000,00	4,36%	-	0,00%	100,00%
BNDES/PROCOPA ARENAS	130.714.251,21	0,83%	125.553.578,20	0,88%	4,11%
BNDES_BADEP	279.742.868,80	1,77%	-	0,00%	100,00%
BNDES_FINAME_BADEP	112.286.459,52	0,71%	-	0,00%	100,00%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAC MOBILIDADE	5.798.752,96	0,04%	2.704.498,64	0,02%	114,41%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 319.636-21/10	23.827.364,14	0,15%	12.297.701,57	0,09%	93,75%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 319.637-35/10	4.870.131,02	0,03%	732.500,85	0,01%	564,86%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 319.701-29/10	18.954.897,53	0,12%	9.484.630,62	0,07%	99,85%
INSS/DRF_LEI N° 12.810/2013	81.363.884,81	0,52%	78.012.035,85	0,55%	4,30%
PARANAPREVIDENCIA_PARCEL 02335/2013	223.330.672,88	1,42%	261.361.471,52	1,83%	(14,55%)
PARANAPREVIDENCIA_PARCEL 02336/2013	283.594.073,00	1,80%	331.887.077,35	2,32%	(14,55%)
BANCO BANESTADO S.A._ (TITULOS PUBLICOS)	2.147.705.946,45	13,61%	1.936.660.286,19	13,56%	10,90%
BANCO DO BRASIL S/A - BACEN (11840500)	-	0,00%	4.007.648,28	0,03%	(100,00%)
BANCO DO BRASIL S/A - "DISCOUNT BOND"	70.376.932,44	0,45%	62.067.992,60	0,43%	13,39%
BANCO DO BRASIL S/A - BNDES	-	0,00%	279.351,21	0,00%	(100,00%)
BANCO DO BRASIL S/A - "C BOND"	-	0,00%	3.780.489,54	0,03%	(100,00%)
BANCO DO BRASIL S/A - "PAR BOND"	100.860.092,92	0,64%	88.952.207,54	0,62%	13,39%
BANCO DO BRASIL S/A - C.E.F (11840700)	-	0,00%	8.801.637,04	0,06%	(100,00%)
BANCO DO BRASIL S/A - DNER (11840600)	-	0,00%	3.739.366,82	0,03%	(100,00%)
BANCO DO BRASIL S/A_ (DIV. MOBILIARIA)_LEI 9.496/97	9.330.437.032,29	59,14%	9.393.220.561,94	65,75%	(0,67%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PNAFE)	7.935.095,90	0,05%	9.797.552,12	0,07%	(19,01%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PRO-SANEAMENTO)	4.101.272,73	0,03%	8.081.106,33	0,06%	(49,25%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - COHAPAR PRO-MORADIA	567.614,18	0,00%	6.450.718,79	0,05%	(91,20%)
CIA. PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL/CRC AVISO 09	1.344.107.772,69	8,52%	1.380.554.349,20	9,66%	(2,64%)
<b>Dívida Externa</b>	<b>917.301.530,89</b>	<b>5,81%</b>	<b>557.823.880,18</b>	<b>3,90%</b>	<b>64,44%</b>

(conclusão)

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
BIRD/O NOVO PARANA	267.781.061,34	1,70%	-	0,00%	100,00%
BANCO DO BRASIL S/A - "PAR BOND"	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
BID N.917 OC/BR PR URBANO	81.297.119,68	0,52%	38.209.775,26	0,27%	112,77%
BID Nº 950/OC-BR -PROEM.	138.485.377,43	0,88%	97.342.504,02	0,68%	42,27%
BID PARANA URBANO II N. 1405/OC-BR	187.815.862,66	1,19%	150.671.766,24	1,05%	24,65%
THE OVERSEAS ECONOMIC COOPERATION FUND	241.922.109,78	1,53%	271.599.834,66	1,90%	(10,93%)
<b>TOTAL</b>	<b>15.775.876.646,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.286.250.642,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,43%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11; Relatório SIAF - SIA 215 e SIA215A – Administração Global.

As dívidas contratuais apresentaram um crescimento de 10,43% em relação ao exercício anterior. O maior montante da dívida contratual esta comprometido com as dívidas internas, no percentual de 94,19% do total, ficando 5,81% a cargo da dívida externa.

Os Precatórios, outro componente da Dívida Fundada do Estado, totalizam R\$ 4,6 bilhões em 2014, cujo valor está assim constituído:

**Tabela 13 – Dívida Fundada Interna – Precatórios**

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>					
<b>TOTAL AGE/SEFA - 31.00</b>	<b>4.615.666.766,24</b>	<b>99,71%</b>	<b>4.654.426.296,78</b>	<b>99,71%</b>	<b>(0,83%)</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1996	77.739,28	0,00%	0,00	0,00%	100,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1997	810.388.235,64	17,51%	1.065.109.241,26	22,82%	(23,92%)
PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	514.737.655,75	11,12%	511.994.222,11	10,97%	0,54%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	261.834.870,86	5,66%	260.303.212,40	5,58%	0,59%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	131.915.970,69	2,85%	131.123.549,09	2,81%	0,60%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	296.712.561,09	6,41%	295.181.762,61	6,32%	0,52%
PRECATORIOS INSCRITOS - 2002	200.958.892,55	4,34%	200.578.254,23	4,30%	0,19%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2003	238.106.614,56	5,14%	236.731.658,91	5,07%	0,58%
PRECATORIOS EXERCICIO 2004	95.972.262,22	2,07%	95.468.492,95	2,05%	0,53%
PRECATORIOS EXERCICIO 2005	769.286.643,76	16,62%	763.488.940,90	16,36%	0,76%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2006	163.007.540,47	3,52%	161.757.909,76	3,47%	0,77%
PRECATORIOS EXERCICIO 2007	117.997.157,55	2,55%	117.059.054,10	2,51%	0,80%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2008	141.492.142,59	3,06%	140.702.686,95	3,01%	0,56%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2009	346.364.454,18	7,48%	344.443.226,16	7,38%	0,56%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2010	160.932.264,51	3,48%	160.772.771,66	3,44%	0,10%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2011	34.536.518,71	0,75%	34.948.696,48	0,75%	(1,18%)
PRECATORIOS EXERCICIO - 2012	33.695.651,65	0,73%	34.655.789,79	0,74%	(2,77%)
PRECATORIOS EXERCICIO - 2013	99.904.501,17	2,16%	100.106.827,42	2,14%	(0,20%)

(conclusão)

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
PRECATORIOS EXERCICIO - 2014	197.745.089,01	4,27%	0,00	0,00%	100,00%
<b>TOTAL SESA - 47.00</b>	<b>957.451,09</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	625.397,86	0,01%	0,00	0,00%	100,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	332.053,23	0,01%	0,00	0,00%	100,00%
<b>TOTAL DIRETAS</b>	<b>4.616.624.217,33</b>	<b>99,73%</b>	<b>4.654.426.296,78</b>	<b>99,71%</b>	<b>(0,81%)</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>					
<b>IPARDES - 23-30</b>	<b>416.456,23</b>	<b>0,01%</b>	<b>416.456,23</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	409.122,99	0,01%	409.122,99	0,01%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	7.333,24	0,00%	7.333,24	0,00%	0,00%
<b>RTVE - 35-30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>8.202,11</b>	<b>0,00%</b>	<b>(100,00%)</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	0,00	0,00%	8.202,11	0,00%	(100,00%)
<b>UNESPAR - 45-46</b>	<b>115.404,61</b>	<b>0,00%</b>	<b>115.404,61</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	93.750,00	0,00%	93.750,00	0,00%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	14.291,08	0,00%	14.291,08	0,00%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	7.363,53	0,00%	7.363,53	0,00%	0,00%
<b>UENP - 45-48</b>	<b>51.236,17</b>	<b>0,00%</b>	<b>51.236,17</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1997	27.114,04	0,00%	27.114,04	0,00%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	24.122,13	0,00%	24.122,13	0,00%	0,00%
<b>ISEP - 47-30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>957.451,09</b>	<b>0,02%</b>	<b>(100,00%)</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>					
PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	0,00	0,00%	625.397,86	0,01%	(100,00%)
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	0,00	0,00%	332.053,23	0,01%	(100,00%)
<b>IAP - 69-31</b>	<b>5.446.304,02</b>	<b>0,12%</b>	<b>5.446.304,02</b>	<b>0,12%</b>	<b>0,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	4.322.379,47	0,09%	4.322.379,47	0,09%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	753.333,08	0,02%	753.333,08	0,02%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2000	58.974,10	0,00%	58.974,10	0,00%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	311.617,37	0,01%	311.617,37	0,01%	0,00%
<b>DER - 77-30</b>	<b>6.499.379,39</b>	<b>0,14%</b>	<b>6.499.379,39</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,00%</b>
PRECATORIOS EXERCICIO - 1998	1.244.707,67	0,03%	1.244.707,67	0,03%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 1999	149.701,08	0,00%	149.701,08	0,00%	0,00%
PRECATORIOS EXERCICIO - 2001	5.104.970,64	0,11%	5.104.970,64	0,11%	0,00%
<b>TOTAL INDIRETAS</b>	<b>12.528.780,42</b>	<b>0,27%</b>	<b>13.494.433,62</b>	<b>0,29%</b>	<b>(7,16%)</b>
<b>TOTAL ADMINISTRAÇÃO GLOBAL</b>	<b>4.629.152.997,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.667.920.730,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>(0,83%)</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11; Relatório SIAF - SIA 215, SIA215A e SAI 875 – Administração Global.

A Administração Direta é responsável por 99,73% dos precatórios de 2014, ficando o restante a cargo da Administração Indireta. Considerando as baixas de precatórios por pagamento e novas inscrições, a variação desta conta foi de 0,83% em relação ao exercício anterior.

Por fim, vale destacar que, de acordo com o PCASP (2014) são registradas na conta "Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo" as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo. Desta forma, não contempla este grupo de contas os precatórios e as obrigações decorrente de parcelamento junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS PARANÁ.

#### 8.1.2.2.2. Obrigações Fiscais de Longo Prazo

Este grupo representou 6,04% do Passivo Não Circulante no exercício de 2014 (cerca de R\$ 1,3 bilhões). Compreende especificamente as obrigações com PA-SEP, conforme detalhado a seguir:

Tabela 14 – Composição da Conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>PASEP - Adm. Direta</b>	<b>1.109.252.103,55</b>	<b>84,58%</b>	<b>1.084.496.049,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,28%</b>
AGE/SEFA - 31-00	1.109.252.103,55	84,58%	1.084.496.049,43	100,00%	2,28%
<b>PASEP - Adm. Indireta</b>	<b>202.229.009,77</b>	<b>15,42%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>
IPARDES - 23-30	1.724.033,94	0,13%	-	0,00%	100,00%
RTVE - 35-30	815.348,49	0,06%	-	0,00%	100,00%
IPCE - 44-30	2.552.637,22	0,19%	-	0,00%	100,00%
PRTUR - 44-31	1.866.597,62	0,14%	-	0,00%	100,00%
UEL - 45-30	28.946.382,90	2,21%	-	0,00%	100,00%
UEPG - 45-31	10.808.260,24	0,82%	-	0,00%	100,00%
UEM - 45-32	19.498.270,27	1,49%	-	0,00%	100,00%
UNICENTRO - 45-33	1.944.142,42	0,15%	-	0,00%	100,00%
UNIOESTE - 45-34	5.462.271,57	0,42%	-	0,00%	100,00%
UNESPAR - 45-46	13.309.934,54	1,01%	-	0,00%	100,00%
UENP - 45-48	1.253.129,16	0,10%	-	0,00%	100,00%
FUNSAUDE - 47-60	53.024.949,33	4,04%	-	0,00%	100,00%
IAP - 69-31	5.718.551,23	0,44%	-	0,00%	100,00%
AGUASPARANA - 69-33	5.856.358,55	0,45%	-	0,00%	100,00%
FEMA - 69-61	1.416.837,69	0,11%	-	0,00%	100,00%
DER 77-30	48.031.304,60	3,66%	-	0,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.311.481.113,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.084.496.049,43</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,93%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 9, fls. 11; Relatório SIAF - SIA 215, SIA215A e SAI 875 – Administração Global.

Este subgrupo apresentou crescimento de 20,93% em relação ao exercício anterior, na ordem de R\$ 227 milhões.

## 8.2. ASPECTOS PATRIMONIAIS SOB A ÓTICA DA LEI 4.320/64

De acordo com o artigo 105, da Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará:

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e os compromissos exigíveis, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Essa classificação é importante para que se faça a apuração do Superávit Financeiro, necessário para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte, conforme disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.**

Desta forma, em atendimento ao MCASP (2013), para fins de apuração do superávit financeiro, foi apresentada pelo Estado do Paraná a seguinte composição:

**Tabela 15 – Saldo Patrimonial**

	2014	2013	AH (%)		2014	2013	AH (%)
Ativo Financeiro	4.800.833.494,00	5.925.898.818,52	(18,99%)	Passivo Financeiro	4.317.666.851,30	5.361.540.969,72	(19,47%)
Ativo Permanente	25.837.457.308,13	22.655.536.890,96	14,04%	Passivo Permanente	21.716.510.757,43	20.038.667.422,21	8,37%
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>					<b>4.604.113.193,40</b>	<b>3.181.227.317,55</b>	<b>44,73%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 6, fls. 338; Relatório SIAF - SIA215 e SIA860 – Administração Global.

Em 2014, o ativo financeiro apresentou cerca de R\$ 4,8 bilhões, enquanto o passivo financeiro equivaleu a R\$ 4,3 bilhões. Logo, por meio da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conclui-se que o Estado apresentou superávit financeiro de R\$ 483 milhões, utilizado apenas para fins de abertura de créditos adicionais.

No entanto, o Estado não elaborou, como anexo do Balanço Patrimonial, o demonstrativo por fontes/destinação de recursos do superávit/déficit financeiro apurado no exercício, conforme preconiza o MCASP (5º edição) em atendimento ao art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em razão da não identificação das fontes não é possível concluir se este superávit representa massa financeira não comprometida efetivamente na forma dos arts. 41,42 e 43 da Lei 4.320/64.

Os Ativos Financeiro e Permanente, do Estado do Paraná, ao final do exercício de 2014, estão assim compostos:

Tabela 16 – Composição do Ativo Financeiro e Permanente

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.800.833.494,01</b>	<b>15,67%</b>	<b>5.930.021.906,24</b>	<b>20,70%</b>	<b>(19,04%)</b>
Disponível	2.324.583.290,62	7,59%	3.076.436.574,99	10,74%	(24,44%)
Vinculado	659.575.008,71	2,15%	1.159.172.016,25	4,05%	(43,10%)
Realizável	1.816.675.194,68	5,93%	1.694.413.315,00	5,91%	7,22%
Créditos a Receber	1.791.127.429,00	5,85%	1.664.669.306,36	5,81%	7,60%
Outros Créditos em Circulação	25.547.765,68	0,08%	29.744.008,64	0,10%	(14,11%)
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>25.837.457.308,13</b>	<b>84,33%</b>	<b>22.719.660.748,22</b>	<b>79,30%</b>	<b>13,72%</b>
Bens Móveis	3.126.069.698,60	10,20%	2.838.104.256,53	9,91%	10,15%
Bens Imóveis	3.166.298.931,87	10,33%	3.041.007.456,71	10,61%	4,12%
Créditos	3.346.596.614,93	10,92%	1.044.965.366,92	3,65%	220,26%
Dívida Ativa	1.069.865.295,83	3,49%	850.186.811,40	2,97%	25,84%
Inscrição da Dívida Ativa	18.957.227.407,42	61,87%	16.805.201.345,48	58,66%	12,81%
Provisão p/ Perdas Dívida Ativa	17.887.362.111,59	58,38%	15.955.014.534,08	55,69%	12,11%
Empréstimos Concedidos	2.719.053,78	0,01%	2.719.053,78	0,01%	0,00%
Depósitos Compulsórios	14.287,51	0,00%	14.287,51	0,00%	0,00%
Responsáveis	349.476,24	0,00%	349.476,24	0,00%	0,00%
Fornecimentos a Receber	55.061.937,58	0,18%	35.855.332,38	0,13%	53,57%
Faturas/Duplicatas a Receber	55.554.240,97	0,18%	36.353.463,50	0,13%	52,82%
Provisão p/ Deved. Duvidosos	492.303,39	0,00%	498.131,12	0,00%	(1,17%)
Créditos Diversos	2.218.586.563,99	7,24%	155.840.405,61	0,54%	1323,63%
<b>Valores</b>	<b>16.198.492.062,73</b>	<b>52,87%</b>	<b>15.795.583.668,06</b>	<b>55,13%</b>	<b>2,55%</b>
Participações Societárias	8.443.925.585,25	27,56%	8.275.363.137,02	28,88%	2,04%
Valores Integralizados	7.901.195.565,40	25,79%	8.042.113.393,44	28,07%	(1,75%)
Valores p/Integralização Futura	542.730.019,85	1,77%	233.249.743,58	0,81%	132,68%
Almoxarifados	184.649.622,15	0,60%	188.019.350,64	0,66%	(1,79%)

(conclusão)

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Fundos Especiais	2.220.531.641,27	7,25%	2.134.626.164,37	7,45%	4,02%
Incentivos Fiscais	2.451,25	0,00%	2.451,25	0,00%	100,00%
Bens Intangíveis	1.289.757,52	0,00%	885.509,41	0,00%	45,65%
Metais Preciosos em Depósito	6.821,28	0,00%	6.821,28	0,00%	0,00%
Diferido	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valores Diversos	5.348.086.184,01	17,46%	5.196.680.234,09	18,14%	2,91%
<b>ATIVO GERAL DO ESTADO</b>	<b>30.638.290.802,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.649.682.654,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,94%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 6, fls. 338; Relatório SIAF - SIA215 e SIA860 - Administração Global.

A Dívida Geral do Estado, expressa no Passivo Financeiro e Passivo Permanente, ao final do exercício financeiro de 2014, está assim estruturada:

Tabela 17 – Composição do Passivo Financeiro e Permanente

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.317.666.851,30</b>	<b>16,58%</b>	<b>5.378.241.312,74</b>	<b>21,16%</b>	<b>(19,72%)</b>
<b>Restos a Pagar</b>	<b>2.929.560.618,38</b>	<b>11,25%</b>	<b>3.090.456.450,31</b>	<b>12,16%</b>	<b>(5,21%)</b>
Do Exercício de 2014	2.348.733.317,57	9,02%			100,00%
Do Exercício de 2013	439.188.873,74	1,69%	2.651.686.895,07	10,43%	(83,44%)
Do Exercício de 2012	97.346.115,26	0,37%	320.339.205,75	1,26%	(69,61%)
Do Exercício de 2011	23.014.425,81	0,09%	55.143.734,38	0,22%	(58,26%)
Do Exercício de 2010	11.894.211,71	0,05%	38.427.656,11	0,15%	(69,05%)
Do Exercício de 2009	1.377.872,64	0,01%	7.873.682,58	0,03%	(82,50%)
Do Exercício de 2008	6.175.103,18	0,02%	8.097.464,09	0,03%	(23,74%)
Do Exercício de 2007	8.340,54	0,00%	1.488.149,73	0,01%	(99,44%)
Do Exercício de 2006	40.081,69	0,00%	70.227,23	0,00%	(42,93%)
Do Exercício de 2005	180,00	0,00%	98.573,31	0,00%	(99,82%)
Dos Demais Exercícios	1.782.096,24	0,01%	7.230.862,06	0,03%	(75,35%)
<b>Depósitos de Diversas Origens</b>	<b>1.038.212.928,40</b>	<b>3,99%</b>	<b>1.818.708.005,24</b>	<b>7,16%</b>	<b>(42,91%)</b>
Depósitos de Terceiros	981.203.212,04	3,77%	1.729.355.368,89	6,80%	(43,26%)
Cauções	8.913.633,85	0,03%	9.927.970,50	0,04%	(10,22%)
Consignações	5.090.997,86	0,02%	6.449.851,78	0,03%	(21,07%)
Fundo Previdenciário do Estado	136.513.236,62	0,52%	555.728.916,15	2,19%	(75,44%)
Entidades Estaduais Credoras	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros Depósitos	830.685.343,71	3,19%	1.157.248.630,46	4,55%	(28,22%)
Receita de Terceiros	57.009.716,36	0,22%	89.349.110,98	0,35%	(36,19%)
Receita Repassada do FUNDEB	5.625.140,60	0,02%	6.507.982,01	0,03%	(13,57%)
Participações Diversas	51.384.575,76	0,20%	82.841.128,97	0,33%	(37,97%)
Recursos de Terceiros a Aplicar	-	0,00%	3.525,37	0,00%	(100,00%)
<b>Outras Obrigações em Circulação</b>	<b>349.893.304,52</b>	<b>1,34%</b>	<b>469.076.857,19</b>	<b>1,85%</b>	<b>(25,41%)</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>21.716.510.757,43</b>	<b>83,42%</b>	<b>20.038.667.422,21</b>	<b>78,84%</b>	<b>8,37%</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>20.405.029.644,11</b>	<b>78,38%</b>	<b>18.954.171.372,78</b>	<b>74,57%</b>	<b>7,65%</b>

(conclusão)

	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Interna	19.487.728.113,22	74,85%	18.396.347.492,60	72,38%	5,93%
Contratos	14.858.575.115,47	57,07%	13.728.426.762,20	54,01%	8,23%
Precatórios	4.629.152.997,75	17,78%	4.667.920.730,40	18,37%	(0,83%)
Adm. Direta	4.616.624.217,33	17,73%	4.654.426.296,78	18,31%	(0,81%)
Adm. Indireta	12.528.780,42	0,05%	13.494.433,62	0,05%	(7,16%)
Externa	917.301.530,89	3,52%	557.823.880,18	2,19%	64,44%
Contratos	917.301.530,89	3,52%	557.823.880,18	2,19%	64,44%
<b>OUTRAS DÍVIDAS</b>	<b>1.311.481.113,32</b>	<b>5,04%</b>	<b>1.084.496.049,43</b>	<b>4,27%</b>	<b>20,93%</b>
<b>PASSIVO GERAL DO ESTADO</b>	<b>26.034.177.608,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>25.416.908.734,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,43%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 6, fls. 338; Relatórios SIAF - SIA215, SIA860, SIA875 – Administração Global.

### 8.3. RESULTADO DO EXERCÍCIO (VARIAÇÕES PATRIMONIAIS)

De acordo com o artigo 104 da Lei Federal nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício (superávit ou déficit patrimonial).

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (5ª edição) discorre sobre essa demonstração:

Para um melhor entendimento da finalidade desse demonstrativo, pode-se dizer que ele tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício da área empresarial, no que tange a apurar as alterações verificadas no patrimônio. [...] É importante ressaltar que a Demonstração do Resultado do Exercício apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A avaliação de gestão, a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais, tem o objetivo de apurar o quanto, e de que forma, a administração influenciou nas alterações do patrimônio do ente público.

**O resultado patrimonial obtido da Demonstração das Variações Patrimoniais constitui um importante indicador de gestão fiscal, uma vez que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período, objeto de análise do anexo de metas fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (MCASP, 5º edição).**

O resultado patrimonial do exercício, que representa a evolução no patrimônio líquido, foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Os elementos que contribuíram para esse resultado encontram-se sintetizados na tabela a seguir.

**Tabela 18 – Resultado Patrimonial**

DESCRIÇÃO	VALOR
Variações patrimoniais aumentativas	114.692.804.374,87
Variações patrimoniais diminutivas	113.321.465.100,97
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I)</b>	<b>1.371.339.273,90</b>
Patrimônio Líquido do exercício anterior (II)	3.232.773.919,51
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)</b>	<b>4.604.113.193,41</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peças 6, fls. 338 (SIA860 – Balanço Patrimonial) – Administração Global.

O Resultado da Gestão Patrimonial resultou em um superávit de R\$ 1,4 bilhão, que somado ao Patrimônio Líquido do Exercício Anterior no valor de R\$ 3,2 bilhões, resultou ao final do exercício de 2014 em um Patrimônio Líquido de R\$ 4,6 bilhões.

Segundo a demonstração do balanço as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA, decorrentes das transações que aumentam o patrimônio líquido do Estado, totalizaram R\$ 114,7 bilhões, cuja composição está apresentada a seguir:

**Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	23.451.454.348,44	20,45%	21.281.090.660,74	21,71%	10,20%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	1.502.922.576,49	1,31%	1.444.044.030,84	1,47%	4,08%
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.873.759.698,26	1,63%	1.486.900.219,85	1,52%	26,02%
Transferências e delegações recebidas	75.370.727.108,75	65,72%	65.483.309.369,65	66,80%	15,10%
Valorização e ganhos com ativos	7.731.138.252,68	6,74%	5.952.473.562,32	6,07%	29,88%
Outras variações patrimoniais aumentativas	4.762.802.390,25	4,15%	2.382.695.741,34	2,43%	99,89%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>114.692.804.374,87</b>	<b>100,00%</b>	<b>98.030.513.584,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,00%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 10, fls. 55 – Administração Global.

De acordo com as demonstrações as variações aumentativas apresentaram crescimento de 17% em relação ao exercício de 2013. As contas que merecem destaques são os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (R\$ 23,4 bilhões), com representatividade de 20% do total movimentado no período, e a Valorização e Ganhos com Ativos (R\$ 7,7 bilhões), cerca de 7% da variação patrimonial aumentativa do ano de 2014, a qual não importa em ingressos financeiros para o Estado.

Outro destaque a ser dado é para as Transferências e Delegações Recebidas (R\$ 75,3 bilhões) que representam 66% do total das variações que aumentam o patrimônio no período. Tendo em vista que o montante movimentado apresenta-se expressivamente maior do que o orçamento executado no ano de 2014, os dados sugerem a existência de transações duplicadas, fato que acaba por comprometer a análise.

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, decorrente das transações que diminuem o patrimônio líquido do Estado, perfizeram R\$ 113,3 bilhões, cuja composição está apresentada a seguir:

**Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas**

DESCRIÇÃO	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	14.221.301.477,70	12,55%	12.647.262.793,85	13,00%	12,45%
Benefícios previdenciários e assistenciais	501.482.258,08	0,44%	775.899.757,18	0,80%	(35,37%)
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	3.872.804.406,98	3,42%	3.864.311.400,05	3,97%	0,22%
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	1.685.423.062,04	1,49%	1.441.685.439,87	1,48%	16,91%
Transferências e delegações concedidas	77.458.925.096,31	68,35%	68.383.076.588,86	70,29%	13,27%
Desvalorização e perda de ativos	12.647.232.814,69	11,16%	7.941.707.804,65	8,16%	59,25%
Tributárias	402.040.372,17	0,35%	410.458.300,52	0,42%	(2,05%)
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	1.254.457,44	0,00%	1.092.988,19	0,00%	14,77%
Outras variações patrimoniais diminutivas	2.531.001.155,56	2,23%	1.824.998.753,49	1,88%	38,69%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>113.321.465.100,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.290.493.826,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,48%</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado, peça 10, fls. 55 – Administração Global.

As variações diminutivas, de acordo com as demonstrações, apresentaram crescimento de 16% em relação ao exercício de 2013. As contas que merecem destaque são Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 14,2 bilhões) que representam cerca de 13% da movimentação no período e para Desvalorização e Perdas de Ativos (R\$ 12,6 bilhões), responsável por 11% da movimentação patrimonial diminutivas, sendo que, parcela expressiva desse valor refere-se a Ajustes para Perdas de Dívida Ativa Tributária.

Outro destaque a ser dado é para as Transferências e Delegações Concedidas (R\$ 77,4 bilhões), responsável por 68% das variações que reduzem o patrimônio no período. Como já dito no tópico anterior, a movimentação nesse montante sugere a possibilidade de ocorrência de transações registradas de forma duplicada nos demonstrativos, fato que acaba por comprometer a transparência e a análise fiel da gestão financeira e patrimonial do Estado. Este ponto já foi objeto de análise no caderno financeiro, uma vez que essas transações também afetaram o Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Estado, esta última corrigida em contraditório.

Por fim, cabe destacar que há inconsistência entre o saldo da Demonstração das Variações Patrimoniais, no montante de R\$ 1.371.339.273,90 (um bilhão, trezentos e setenta e um milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e três reais e noventa centavos), com o acréscimo ocorrido na conta de Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial construído com base no MCASP, o qual totaliza R\$ 1.422.885.875,86 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme apresentado a seguir:

**Tabela 21 – Diferenças entre os Balanços Patrimoniais Apresentados**

BALANÇO PATRIMONIAL BASE MCASP		BALANÇO PATRIMONIAL BASE SIA860		DIFERENÇA
Patrimônio Líquido Inicial	3.181.227.317,55	Ativo Real Líquido de Exercícios Anteriores	3.232.773.919,51	(51.546.601,96)
Resultado do Exercício	1.422.885.875,86	Ativo Real Líquido do Exercício	1.371.339.273,90	51.546.601,96
Patrimônio Líquido Final	4.604.113.193,41	Saldo Patrimonial	4.604.113.193,41	-

Fonte: Balanço Geral do Estado, Peça 6, fls.338 e peça 9, fls.11.

A diferença encontrada é de R\$ 51.546.601,96 (cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e um reais e noventa e seis centavos), equivalente à divergência obtida no saldo inicial da conta patrimônio líquido/ativo real líquido.

A Instrução nº 70/2015 – DCE (Peça 72, fls. 192) apontou essa diferença ao confrontar o SIA 860 (Balanço Patrimonial) do exercício com o do exercício anterior, quando identificou que o saldo inicial de 2014 era distinto do saldo final de 2013.

Questionado a respeito dessa diferença, o Estado defende em contraditório que parcela maior se deu em função da alteração da personalidade jurídica da Empresa Ambiental Floresta, que passou de S.A. para Autarquia, sob nova denominação de Instituto Floresta do Paraná, a partir de 02/01/2014, pela Lei nº 17.903. A alteração foi promovida entre o fechamento do exercício de 2013 e abertura de 2014, como resultado o saldo das contas patrimoniais do início do exercício em análise não é equivalente ao do fechamento do exercício de 2013. Outra parcela da diferença, em menor vulto (47 mil), deveu-se pela diferença a maior da conta 5411.0102 órgão 98 no SIA215A advinda de anos anteriores, provocada por um erro de fórmula.

Embora o Estado declare que essa prática não trouxe danos ao resultado patrimonial apurado ao final de 2014, ela compromete a análise da fiel movimentação patrimonial ocorrida no período e prejudica a confiabilidade dos dados, uma vez que optou por efetuar ajustes no saldo inicial das contas em detrimento dos registros devidos dos fatos que modificaram a composição patrimonial do ente no exercício.

**De acordo com o princípio da oportunidade e da competência, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis dos períodos com os quais se relacionam (Resolução CFC Nº 1.111/2007; MCASP, 5ª edição).**





# CONTAS

DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2014

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Praça Nossa Senhora de Salette s/n - Centro Cívico  
Curitiba - PR | CEP: 80530-910 | Fone: 41 3350-1616

*[www.tcepr.gov.br](http://www.tcepr.gov.br)*